

# IPECE Informe

Nº 249 – Julho/2024

## A segurança alimentar no Ceará em 2023



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

## Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

## Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

## Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini – Secretário

Sidney dos Santos Saraiva Leão – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Raimundo Avilton Meneses Júnior - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Antonio Roziano Ponte Linhares - Secretário Executivo de Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Liderança

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

### Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

### Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

### Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

### Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

### Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

## IPECE Informe – Nº249 – Julho/2024

### DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

### Elaboração:

Jimmy Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

Raquel Sales (Assessora Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

**Valores:** Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

**Visão:** Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo  
Cambeba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2024

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2024

ISSN: 2594-8717

1. Economia Social. 2. Economia Cearense. 3. Segurança Alimentar. 4. Aspectos Sociais. 5. Políticas sociais

## Nesta Edição

O objetivo deste Informe é divulgar os resultados sobre a situação de segurança alimentar nos domicílios cearenses calculados a partir dos dados do módulo de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2023.

Em 2023, o percentual de domicílios em situação de segurança alimentar no Ceará voltou a subir. Pelas estimativas do IBGE, o Ceará tinha 3,3 milhões de domicílios particulares permanentes. Dentre estes, 64,9% tinham acesso a alimentação adequada. Percentual maior do que a média da região Nordeste (61,2%).

Nos outros 35,1% com algum grau de Insegurança Alimentar, 21,4% estavam em insegurança alimentar leve, 7,4% moderada e 6,2% grave. Na comparação regional, os percentuais de domicílios em insegurança alimentar moderada e leve foram menores do que a média do Nordeste, embora os percentuais de domicílios em insegurança alimentar grave tenham sido iguais.

Pelas estimativas do IBGE o Ceará tinha 3,3 milhões de domicílios particulares permanentes. Aproximadamente 245 mil domicílios cearenses estavam em insegurança alimentar moderada e cerca de 206 mil em insegurança alimentar grave.

A insegurança alimentar grave, que corresponde à fome, foi maior nos domicílios chefiados por mulheres, por pessoas negras e menos escolarizadas.

## 1. Introdução

Após cinco anos desde a última pesquisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) voltou a aplicar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para investigar a situação de segurança alimentar nos domicílios brasileiros na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada no quarto trimestre de 2023. A aplicação desta escala permite classificar os domicílios particulares permanentes em quatro graus de (in)segurança alimentar: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IA leve), insegurança alimentar moderada (IA moderada) e insegurança alimentar grave (IA grave). Essa classificação é baseada na pontuação final obtida pelo somatório de respostas afirmativas das 14 questões que compõem a EBIA<sup>1</sup>.

Os graus de (in)segurança alimentar referem-se às situações vivenciadas pelos moradores dos domicílios particulares permanentes nos últimos três meses anteriores à pesquisa. A situação de segurança alimentar ocorre quando os moradores têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. A situação de IA leve é vivenciada quando há a preocupação sobre a capacidade de adquirir alimentos no futuro próximo e uma redução da qualidade dos alimentos consumidos no presente, em termos de preferência e de variedade, para manter a quantidade consumida. Já a IA moderada corresponde a redução na quantidade de alimentos consumidos entre os adultos do domicílio. Por sua vez, a IA grave significa uma redução na quantidade de alimentos consumidos também pelas crianças, quando estão presentes no domicílio, podendo chegar à sua expressão mais aguda, a fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Anteriormente, o IBGE já havia aplicado a EBIA em outras quatro oportunidades: na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 2004, 2009 e 2013 e na última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018). Será possível, portanto, comparar a evolução da segurança alimentar nos domicílios cearenses ao longo das últimas duas décadas, comparando os anos para os quais há dados disponíveis. No entanto, por causa de diferenças metodológicas, esses resultados não podem ser comparados com os do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 (II VIGISAN), realizado entre novembro de 2021 e abril de 2022, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN.

Embora não seja possível avaliar a evolução da insegurança alimentar entre 2022 e 2023, as informações disponibilizadas serão de fundamental importância para o aperfeiçoamento das políticas públicas de combate à fome no Estado, uma vez que visam identificar os grupos populacionais mais vulneráveis, a partir de uma caracterização mais ampla do perfil dos domicílios, e de seus moradores,

---

<sup>1</sup> As perguntas que compõem a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, assim como os pontos de corte que permitem a classificação dos domicílios pelo grau de (in)segurança alimentar serão apresentadas em Anexo.

em situação de insegurança alimentar, especialmente sua forma mais grave, a fome. Acredita-se que esses resultados contribuirão para subsidiar as políticas e os programas estaduais em execução e orientar a aplicação dos recursos públicos para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2): Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e promover a agricultura sustentável.

Nessa perspectiva, os objetivos deste Informe são: (i) analisar a evolução dos indicadores estaduais de segurança alimentar ao longo dos últimos vinte anos; (ii) mostrar a situação atual da segurança alimentar no estado e nos recortes geográficos permitidos pela pesquisa; (iii) comparar a situação do Ceará com o Brasil e a região Nordeste; e (iv) traçar o perfil da população cearense mais afetada pela insegurança alimentar, a partir da análise das características dos domicílios e dos moradores que afetam a situação de segurança alimentar, como a cor ou raça, sexo e escolaridade do responsável pelo domicílio e a classe do valor do rendimento *per capita* do domicílio.

Sobre os recortes geográficos, de acordo com o IBGE, eles são compostos por municípios que foram agregados, levando em consideração critérios como contiguidade e integração socioeconômica, com o objetivo de garantir a representatividade da amostra e possibilitar a geração de estimativas que revelem a heterogeneidade socioespacial existente dentro de cada uma das unidades federativas<sup>2</sup>. Com base na estratificação da amostra da PNAD Contínua, os municípios cearenses foram agregados em seis estratos geográficos: município da capital (Fortaleza), demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (entorno metropolitano de Fortaleza), e as regiões do Litoral Oriental/Vale do Jaguaribe; Sul; Sertões; e Litoral Ocidental e Norte<sup>3</sup>.

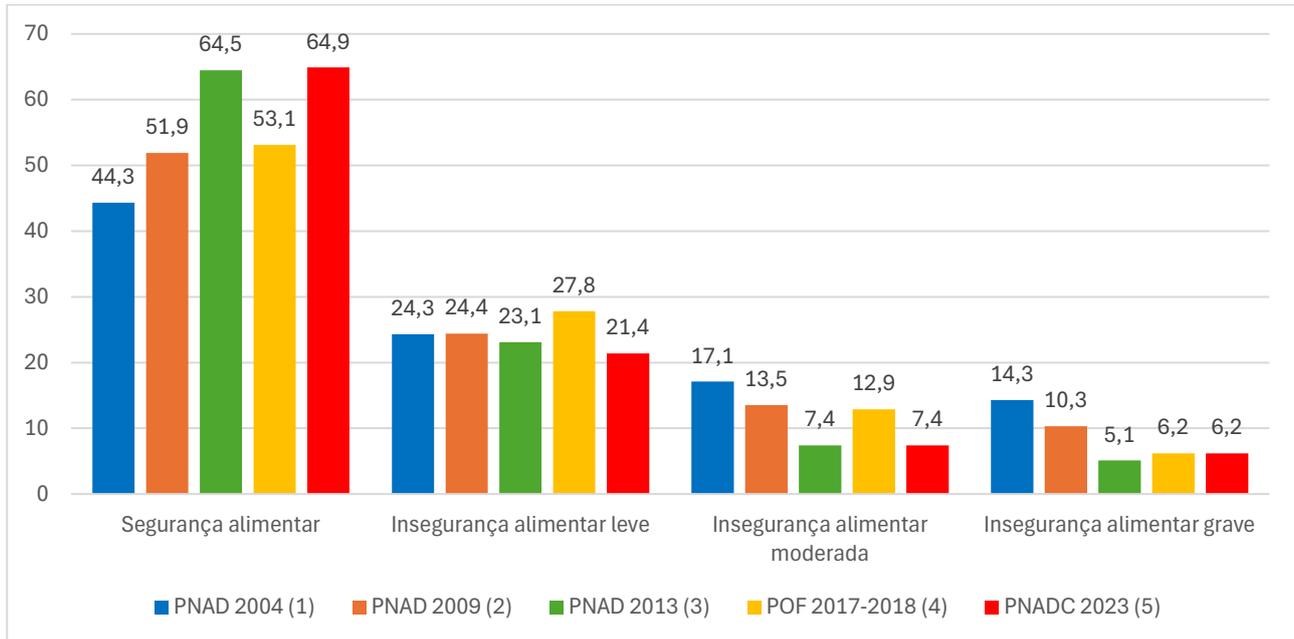
## 2. Evolução da prevalência de segurança e insegurança alimentar no Ceará

O Gráfico 1 mostra a evolução da prevalência de segurança alimentar no Ceará ao longo dos últimos vinte anos. Em 2004, em 44,3% dos domicílios cearenses, os moradores tinham acesso a alimentação adequada (quantitativamente e qualitativamente). Esse percentual subiu para 51,8% em 2009 e continuou crescendo até chegar a 64,5% em 2013. Essa tendência foi interrompida pela divulgação dos dados da POF 2017-2018, que mostrou uma redução da prevalência de segurança alimentar no estado, reflexo dos aumentos da pobreza e da desigualdade provocados pela crise econômica de 2014-2016, que fez com que o percentual de domicílios cearenses com alimentação adequada caísse 11,4 p.p. para 53,1% no biênio seguinte. Em 2023, período marcado pelo pós-pandemia da Covid-19, o indicador de segurança alimentar voltou a crescer, chegando a 64,9%, superando ligeiramente o resultado de uma década atrás (64,5% em 2013).

<sup>2</sup> <https://painel.ibge.gov.br/saibamais/>

<sup>3</sup> A lista de municípios que compõe cada um dos recortes geográficos será apresentada em Anexo.

**Gráfico 1:** Evolução da prevalência de segurança alimentar e insegurança leve, moderada e grave nos domicílios particulares permanentes – Ceará – 2004, 2009, 2013, 2017-2018 e 2023



**Fonte:** [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004; [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009; [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013; [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018 (IBGE); e [5] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Consequentemente, e de forma inversa, observa-se uma tendência de redução em todos os graus de insegurança alimentar no Ceará entre os anos de 2004 e 2013, principalmente da insegurança alimentar moderada e grave. O percentual de domicílios cearenses que sofreram restrição quantitativa de alimentos (IA moderada) caiu de 17,1% para 7,4%, enquanto o percentual de domicílios cujos moradores, inclusive crianças, passaram fome (IA grave) diminuiu de 14,3% para 5,1% no período<sup>4</sup>. Essa tendência foi interrompida pela POF 2017-2018, que mostrou que a prevalência de IA moderada cresceu para 12,9%, enquanto a prevalência de IA grave aumentou para 6,2%. Os resultados da PNAD Contínua de 2023 mostraram que a insegurança alimentar moderada voltou a cair, retornando ao mesmo patamar de uma década atrás (7,4% em 2013), enquanto a fome permaneceu no mesmo patamar de cinco anos antes, atingindo 6,2% dos domicílios cearenses, resultado igual ao do biênio 2017-2018.

### 3. Situação de segurança alimentar no Ceará e recortes geográficos

A PNAD Contínua estimou um total de 3,29 milhões de domicílios particulares permanentes no Ceará no quarto trimestre de 2023. De acordo com a Tabela 1, em 2,13 milhões destes, os moradores tiveram acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, enquanto, em

<sup>4</sup> Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) declarou que o Brasil saiu do mapa da fome por alcançar a meta dos Objetivos do Milênio ao reduzir pela metade a população que enfrentava a fome.

aproximadamente 206 mil domicílios, os moradores, inclusive as crianças, passaram fome pelo menos em algum momento (IA grave). Em cerca de 245 mil domicílios, somente os adultos sofreram com a redução no consumo de alimentos (IA moderada). E, nos outros 705 mil domicílios, houve preocupação com os alimentos no futuro e a redução da qualidade dos alimentos no presente, como estratégia para manutenção da quantidade consumida (IA leve).

**Tabela 1:** Domicílios particulares e moradores em domicílios particulares por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio – Ceará – 2023

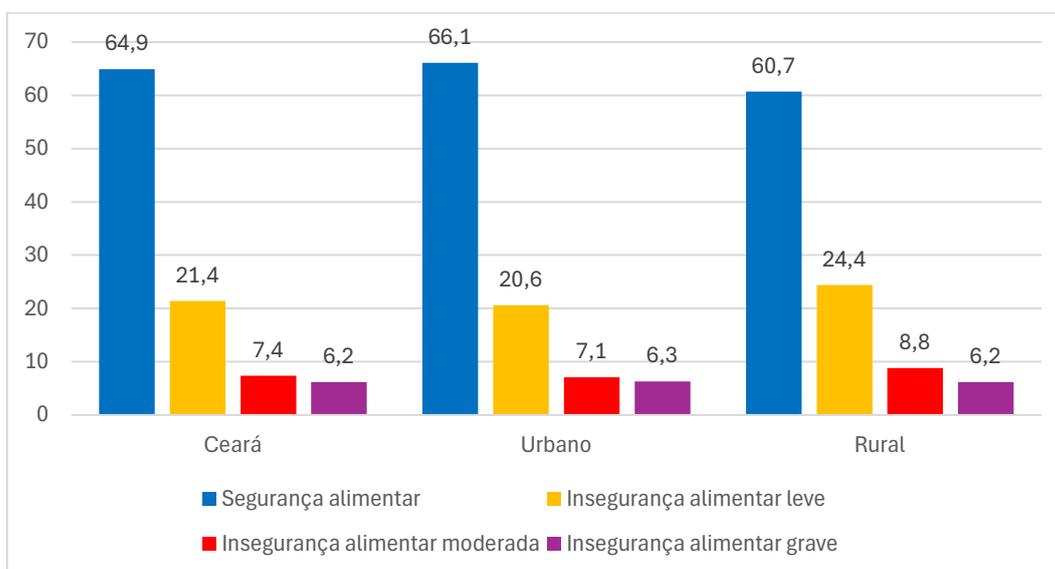
Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares (1.000 domicílios)			Moradores em domicílios particulares (1.000 domicílios)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbano	Rural		Urbano	Rural
<b>TOTAL</b>	<b>3.292</b>	<b>2.598</b>	<b>695</b>	<b>9.357</b>	<b>7.326</b>	<b>2.031</b>
Com segurança alimentar	2.137	1.716	421	5.901	4.723	1.179
Com insegurança alimentar	1.155	882	273	3.455	2.604	852
Leve	705	535	169	2.186	1.637	549
Moderada	245	184	61	724	537	186
Grave	206	163	43	546	429	117

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Em relação a situação do domicílio, em 882 domicílios urbanos, os moradores sofreram algum grau de segurança alimentar. Em 705 mil destes, os moradores se preocuparam em não ter dinheiro para comprar alimentos no futuro próximo; em outros 245 mil, eles tiveram que consumir uma quantidade menor do que a desejada; e, em aproximadamente 163 mil, os moradores, inclusive as crianças, conviveram com a fome. Na zona rural, a fome esteve presente em 43 mil domicílios; em 61 mil, a quantidade de alimentos consumida teve que ser reduzida; e em 169 mil, houve preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo.

O Gráfico 2 mostra a prevalência de segurança alimentar por situação do domicílio. No Ceará, 64,9% dos domicílios tiveram acesso regular a alimentação adequada. Mas, em 6,2% dos domicílios, os moradores, tanto adultos como crianças, passaram fome em algum momento. Em outros 7,4% dos domicílios, os moradores tiveram que reduzir o consumo de alimentos por falta de dinheiro, enquanto nos 21,4% restantes, houve a preocupação com a falta alimentos. Embora o número de domicílios urbanos com algum grau de insegurança alimentar seja muito maior do que na zona rural, como 78,9% dos domicílios estão em áreas urbanas e apenas 21,1% em áreas rurais, a prevalência de insegurança alimentar é maior entre domicílios rurais. Contudo, olhando apenas para a fome, o percentual de domicílios em IA grave é ligeiramente maior na zona urbana (6,3%) do que na zona rural (6,2%).

**Gráfico 2:** Percentual de domicílios particulares permanentes por situação de segurança alimentar, segundo a situação do domicílio – Ceará – 2023



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Na Tabela 2 são apresentados os valores absolutos e os percentuais de domicílios por recortes geográficos, segundo a situação de segurança alimentar. O município de Fortaleza tem mais de 978 mil domicílios, que representa 29,7% do total, enquanto, curiosamente, concentra 30,1% tanto dos domicílios em segurança alimentar como em insegurança alimentar grave. Os municípios da região Litoral Ocidental e Norte formam o segundo maior estrato geográfico com 20,6% dos domicílios cearenses, com 22% dos domicílios com alimentação adequada e com 16,6% dos que sofreram com a fome. O entorno metropolitano de Fortaleza, com 14,3% dos domicílios, é o terceiro maior estrato, ligeiramente à frente da região Sul que tem 14,1%. No entanto, em relação à situação de segurança alimentar, o entorno metropolitano de Fortaleza concentra 15,4% dos domicílios em SA e 14% daqueles em IA grave. Já na região Sul, esses percentuais eram 12,8% e 16,6%, respectivamente

Os menores recortes geográficos são os das regiões dos Sertões e do Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe que concentram apenas 11,8% e 9,4%, respectivamente, dos domicílios cearenses. A situação, no entanto, se inverte quando são considerados apenas os domicílios em insegurança alimentar grave. Nesse caso, o Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe concentra 12,1% dos domicílios nos quais os moradores, inclusive crianças, conviveram com a fome, enquanto na região dos Sertões esse percentual era de 10,6%. Já em relação aos domicílios com alimentação adequada, 12,3% destes estavam na região dos Sertões e apenas 7,3% no Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe.

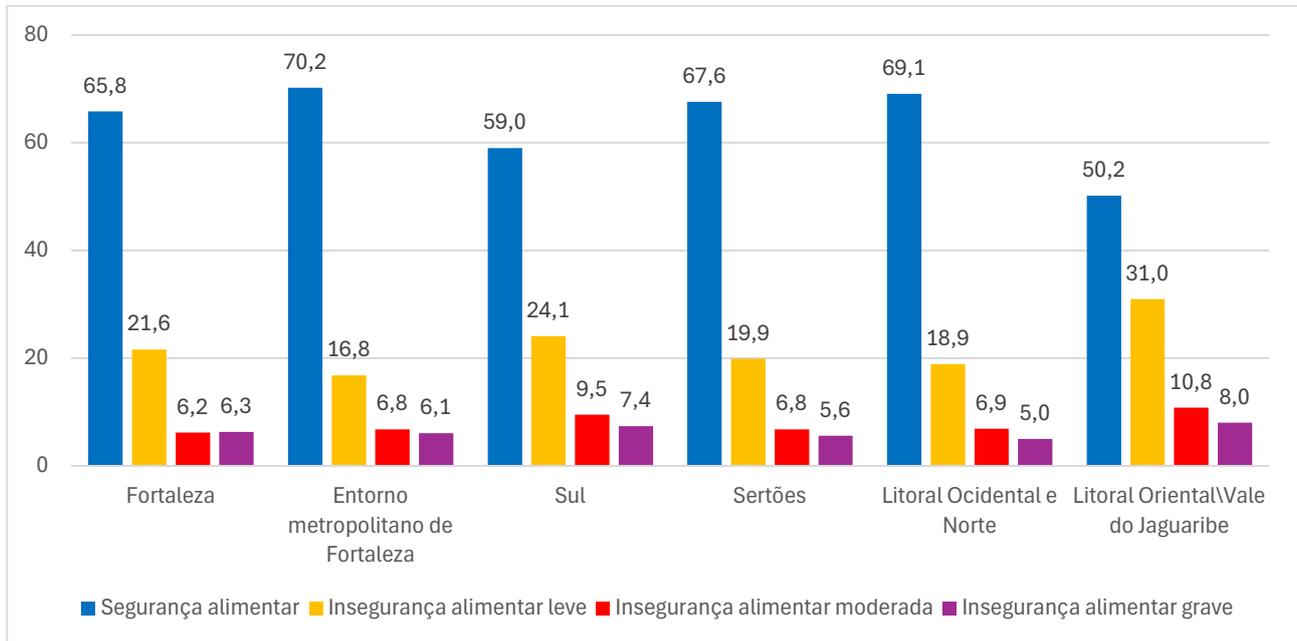
**Tabela 2:** Distribuição dos domicílios por recortes geográficos, segundo a situação de segurança alimentar – Ceará – 2023

Recortes Geográficos	Situação de (in)segurança alimentar existente no domicílio					
	Total	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
<b>Valores absolutos</b>						
<b>CEARÁ</b>	<b>3.292</b>	<b>2.137</b>	<b>1.155</b>	<b>705</b>	<b>245</b>	<b>206</b>
Fortaleza	978	644	334	211	61	62
Entorno metropolitano de Fortaleza	470	330	140	79	32	29
Sul	465	274	191	112	44	34
Sertões	389	263	126	77	27	22
Litoral Ocidental e Norte	680	470	210	129	47	34
Litoral Oriental\Vale do R. Jaguaribe	311	156	155	96	33	25
<b>Percentuais</b>						
<b>CEARÁ</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fortaleza	29,7	30,1	28,9	30,0	24,9	30,1
Entorno metropolitano de Fortaleza	14,3	15,4	12,1	11,2	13,1	14,0
Sul	14,1	12,8	16,5	15,9	18,1	16,6
Sertões	11,8	12,3	10,9	11,0	10,9	10,6
Litoral Ocidental e Norte	20,6	22,0	18,2	18,3	19,3	16,6
Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe	9,4	7,3	13,4	13,7	13,7	12,1

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

O Gráfico 3 apresenta o percentual de domicílios particulares permanentes por situação de segurança alimentar, segundo os recortes geográficos. Mesmo com mais da metade dos domicílios tendo acesso pleno e regular aos alimentos, tanto quantitativamente como qualitativamente, as regiões do Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe e Sul do Ceará apresentaram os menores percentuais de domicílios particulares em segurança alimentar (50,2% e 59%, respectivamente). O entorno metropolitano de Fortaleza, foi a região com maior prevalência de segurança alimentar, com 70,2% dos domicílios com acesso a alimentação adequada. As regiões do Litoral Ocidental e Norte e dos Sertões também apresentaram bons resultados, com 69,1% e 67,6% dos seus domicílios em segurança alimentar, respectivamente. O município de Fortaleza ficou na antepenúltima posição, com 65,8% dos seus domicílios em situação de SA.

**Gráfico 3:** Percentual de domicílios particulares permanentes por situação de segurança alimentar, segundo os recortes geográficos – Ceará – 2023



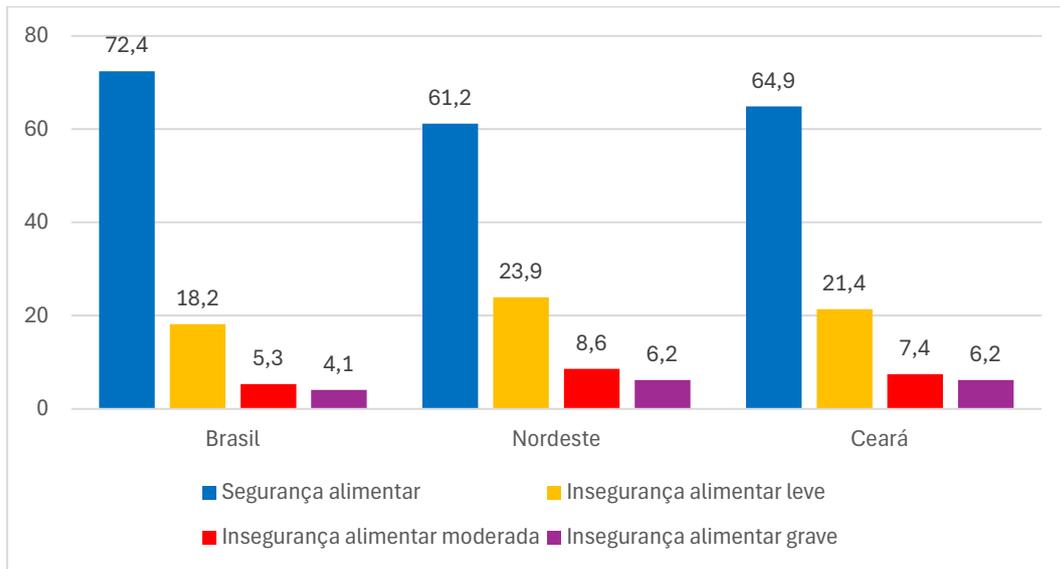
**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

A prevalência de insegurança alimentar grave foi maior nas regiões do Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe e Sul do Ceará com 8% e 7,4%, respectivamente, dos seus domicílios com moradores convivendo a fome. A região do Litoral Ocidental e Norte apresentou a menor prevalência de IA grave, com 5% dos domicílios nessa situação, seguida pela região dos Sertões com 5,6%. No entorno metropolitano de Fortaleza e no município da capital, os percentuais de domicílios nos quais os moradores, inclusive as crianças, passaram fome foram de 6,1% e 6,3%, respectivamente.

#### 4. Situação de segurança alimentar: comparação Brasil, Nordeste e Ceará

Os dados apresentados no Gráfico 4 permitem comparar a situação da segurança alimentar entre Brasil, Nordeste e Ceará em 2023. O percentual de domicílios cearenses em situação de segurança alimentar (64,9%) foi superior à média da região nordestina (61,2%), mas inferior à média brasileira (72,4%). Conseqüentemente, a prevalência de qualquer grau de insegurança alimentar no estado é maior do que à média do país. Entretanto, na comparação regional, percebe-se que os percentuais de domicílios em insegurança alimentar leve e moderada são menores no Ceará do que no Nordeste. Contudo, os percentuais em insegurança alimentar grave são iguais. Em ambos, em 6,2% dos domicílios, tanto cearenses quanto nordestinos, tanto adultos quanto crianças, conviveram com a fome em algum momento no ano anterior.

**Gráfico 4:** Distribuição dos domicílios particulares permanentes por situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil, Nordeste e Ceará – 2023



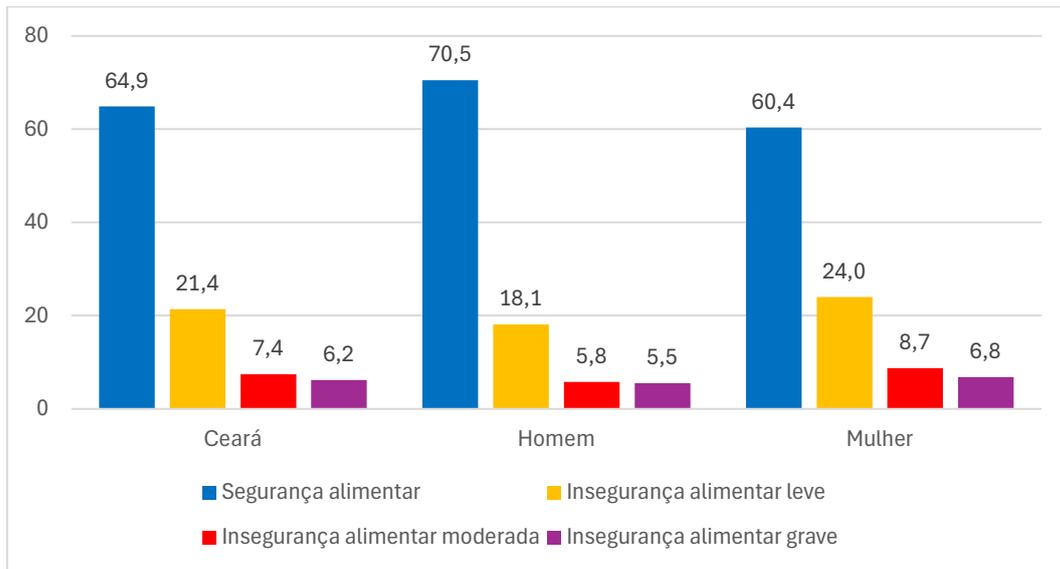
**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Para qualificar melhor os resultados dessa comparação, é preciso entender a desigualdade regional no acesso aos alimentos no Brasil. A região Nordeste foi a penúltima em proporção de domicílios particulares em situação de segurança alimentar, ficando à frente apenas da região Norte. Essas regiões também apresentaram os maiores percentuais de domicílios em insegurança alimentar grave. No comparativo com os estados nordestinos, o Ceará ocupava 2ª posição em segurança alimentar atrás apenas do Rio Grande do Norte (66,6%). Por outro lado, ocupava a antepenúltima na proporção de domicílios em insegurança alimentar grave à frente apenas de Pernambuco (6,5%) e do Maranhão (8,1%), mas muito próximo da Bahia (6,1%) e da Paraíba (6,0%).

## 5. Características dos domicílios e de seus moradores

Nesta seção, os indicadores de segurança alimentar serão analisados segundo algumas características dos domicílios e seus moradores. Particularmente, algumas características da pessoa responsável pelo domicílio podem contribuir para entender a situação de segurança alimentar. O gráfico 5 mostra a situação de segurança alimentar pelo sexo do responsável. A prevalência de insegurança alimentar, em qualquer grau, é maior nos domicílios chefiados por mulheres. Em 6,8% dos domicílios chefiados por elas, os moradores, inclusive as crianças, passaram fome, enquanto nos domicílios cujos responsáveis eram homens, esse percentual foi de 5,5%. O oposto ocorre com o percentual de domicílios com alimentação adequada, com maior prevalência de segurança alimentar nos domicílios chefiados por homens (70,5%) do que nos chefiados por mulheres (60,4%).

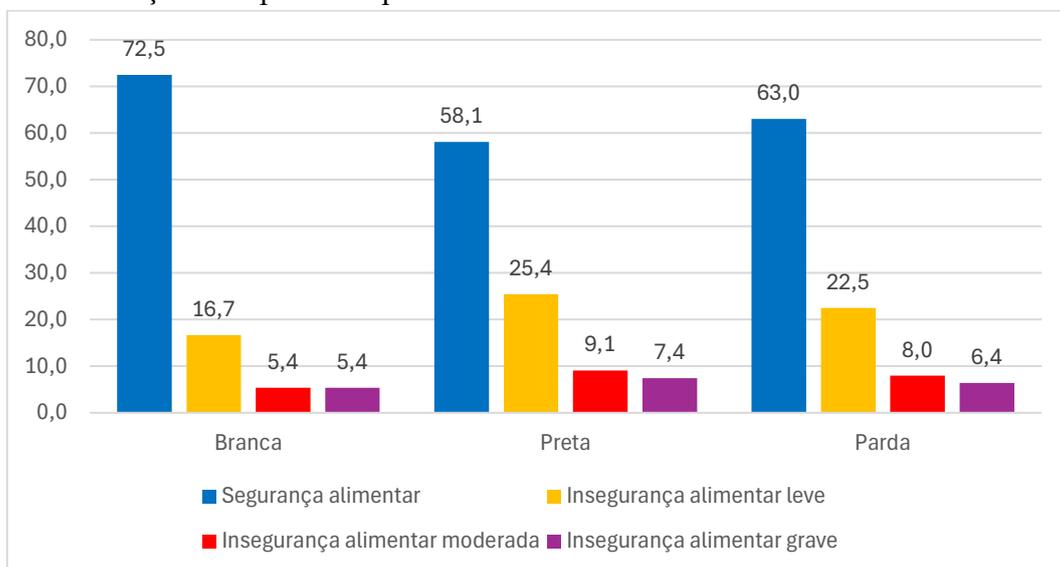
**Gráfico 5:** Percentual de domicílios particulares permanentes por situação de insegurança alimentar, segundo o sexo do responsável pelo domicílio – Ceará – 2023



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Considerando o recorte por cor ou raça (Gráfico 6), a prevalência de insegurança alimentar é maior nos domicílios chefiados por pessoas que se autodeclararam pretos ou pardos do que nos domicílios chefiados por pessoas que se declararam brancas. Em ¼ dos domicílios cujo responsável se declarou da cor preta, os moradores, inclusive as crianças, passaram fome. Já nos domicílios chefiados por pardos, esse percentual era um pouco menor (22,5%), mas bem acima do valor dos domicílios com responsáveis brancos (16,7%). Esse resultado mostra que a questão racial é um fator importante para a situação de segurança alimentar nos domicílios cearenses.

**Gráfico 6:** Percentual de domicílios particulares permanentes por situação de insegurança alimentar, segundo a cor ou raça do responsável pelo domicílio – Ceará – 2023

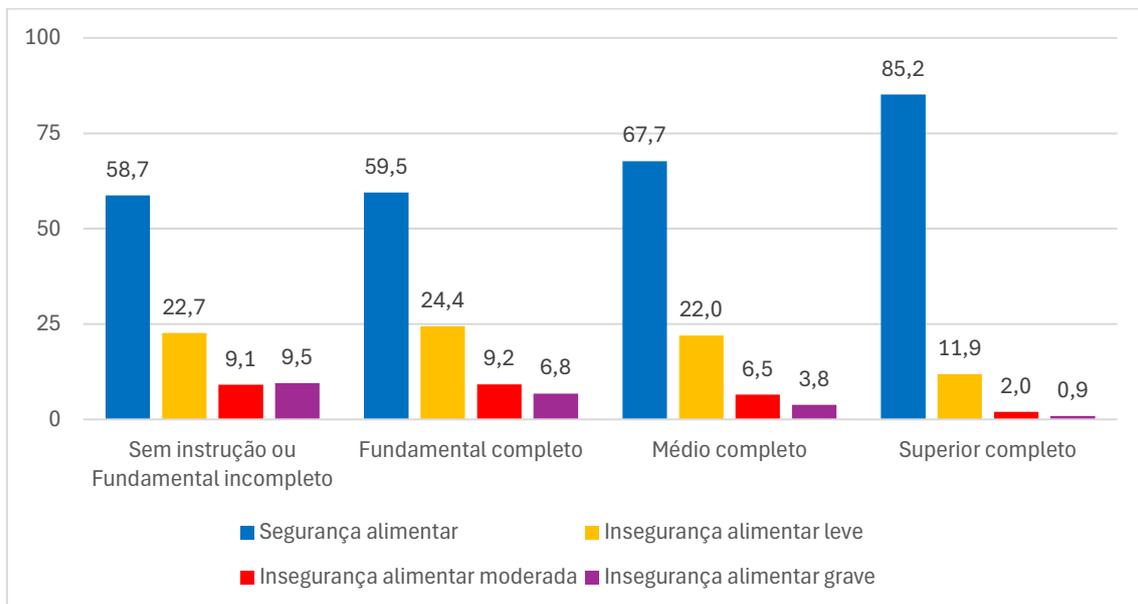


**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

O Gráfico 7 mostra uma clara associação entre o nível de instrução do responsável pelo domicílio e a situação de segurança alimentar. Nos domicílios com responsáveis com menor nível de instrução (no máximo o ensino fundamental incompleto), somente 58,7% estavam em segurança alimentar. Esse percentual cresce à medida que a escolaridade aumenta, passando de 59,5% para 67,7%, do ensino fundamental completo para o ensino médio completo, e chegando a 85,2% nos domicílios com responsável com ensino superior completo.

O contrário acontece com a insegurança alimentar grave, que se reduz à medida que a escolaridade aumenta. Em 9,5% dos domicílios com responsáveis menos escolarizados, os moradores, adultos e crianças, passaram fome, enquanto naqueles chefiados por pessoas com ensino superior completo, essa situação quase que desaparece atingindo apenas 0,9% dos domicílios. Nos domicílios com escolaridade do responsável equivalente ao ensino fundamental completo e ao ensino médio completo, esses percentuais eram de 6,8% e 3,8%, respectivamente.

**Gráfico 7:** Percentual de domicílios particulares permanentes por situação de insegurança alimentar segundo a escolaridade do responsável pelo domicílio – Ceará – 2023

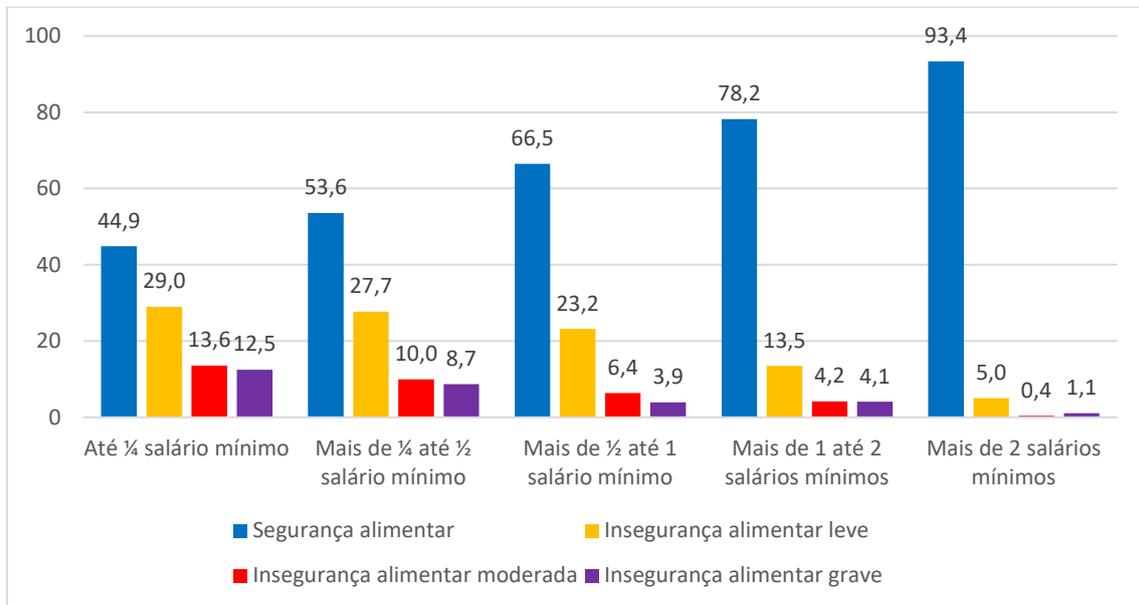


**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

A relação entre rendimento domiciliar *per capita* e a situação de segurança alimentar é apresentada no Gráfico 8. Assim como com a escolaridade do responsável pelo domicílio, dado que escolaridade e renda são positivamente correlacionadas, há uma clara relação entre renda e segurança alimentar, quanto maior o rendimento *per capita* maior a proporção de domicílios com moradores com acesso alimentação adequada. Menos da metade (44,9%) dos domicílios na classe mais baixa de rendimentos, de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, estava em segurança alimentar. Esse percentual vai

aumentando à medida que se avança em direção das classes de rendimentos mais altos, chegando até 2/3 dos domicílios para os que têm renda entre  $\frac{1}{2}$  até um salário mínimo, até chegar a 93,4% nos domicílios na classe de renda mais alta, mais de 2 salários mínimos.

**Gráfico 8:** Percentual de domicílios particulares permanentes por situação de segurança alimentar, segundo a classe de rendimento domiciliar *per capita* – Ceará – 2023



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Conseqüentemente, quanto menor a renda por pessoa no domicílio maior a probabilidade de os moradores sofrerem algum grau de insegurança alimentar, em especial, a sua forma mais severa, a fome. Na classe de rendimentos de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, em 12,5% dos domicílios, os moradores passaram fome por não terem renda suficiente para comprar alimentos. Esse percentual foi de 8,7% nos domicílios com rendimento *per capita* de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Nas classes de  $\frac{1}{2}$  até 1 salário mínimo e de 1 até 2 salários mínimos, o percentual cai para um valor próximo de 4%, até chegar a 1,1% nos domicílios de renda mais alta, com mais de 2 salários mínimos mensais.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos domicílios cearenses por algumas características do domicílio ou do morador responsável, segundo a situação de segurança alimentar. Em relação à questão de gênero, em 55,5% dos domicílios cearenses o responsável familiar era do sexo feminino e 44,5% do sexo masculino. Mas, nos domicílios em que os moradores passaram fome, 60,7% eram chefiados por mulheres e 39,3% por homens. Sobre a questão racial, no Ceará, 66,8% dos responsáveis pelos domicílios se declararam pardos, 24,3% brancos e somente 7,6% da cor ou raça preta. Mas, considerando apenas os domicílios em insegurança alimentar grave, os brancos eram

responsáveis por 20,9%, enquanto os negros (pardos e pretos) eram responsáveis por 77,6% dos domicílios nos quais os moradores passaram fome, inclusive crianças.

**Tabela 3:** Distribuição dos domicílios particulares permanentes por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo algumas características – Ceará – 2023

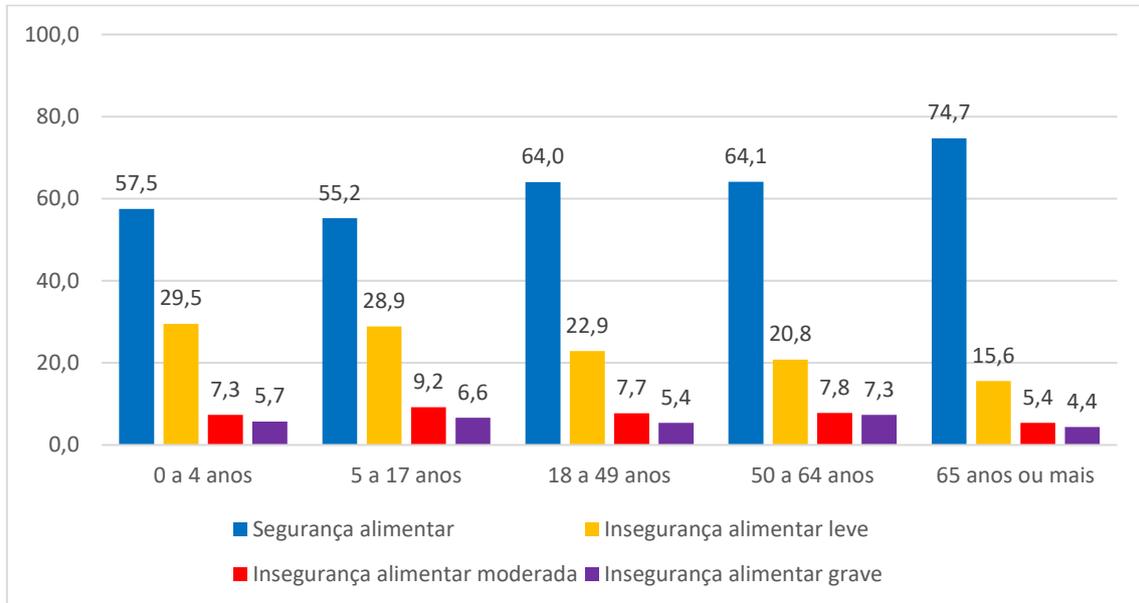
Algumas características	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%)				
	Situação de (in)segurança alimentar existente no domicílio				
	Total	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
Leve			Moderada	Grave	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Responsável pelo domicílio</b>					
<b>Sexo</b>					
Homem	44,5	48,3	37,6	34,9	39,3
Mulher	55,5	51,7	62,4	65,1	60,7
<b>Cor ou raça</b>					
Branca	24,3	27,1	19,0	17,6	20,9
Preta	7,6	6,8	9,1	9,4	9,1
Parda	66,8	64,8	70,3	72,1	68,5
<b>Nível de instrução</b>					
Sem instrução ou Fundamental incompleto	41,8	37,8	44,2	51,2	63,5
Fundamental completo	14,0	12,8	15,9	17,4	15,3
Médio completo	32,2	33,6	33,1	28,2	19,5
Superior completo	12,1	15,9	6,7	3,2	1,8
<b>Classes do rendimento mensal domiciliar per capita</b>					
Até ¼ salário mínimo	16,6	11,4	22,4	30,5	33,2
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	23,2	19,1	30,0	31,2	32,5
Mais de ½ até 1 salário mínimo	28,8	29,5	31,3	24,9	18,0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	22,4	26,9	14,1	12,8	14,6
Mais de 2 salários mínimos	9,1	13,1	2,1	0,6	1,6

**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

Analisando a distribuição dos domicílios pela escolaridade do responsável, percebe-se que 41,8% dos domicílios cearenses eram chefiados por pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, mas eles representavam 63,5% dos domicílios em que os moradores enfrentaram a fome. Já em relação a distribuição dos domicílios por classe de rendimentos, verifica-se que 39,8% dos domicílios tinham rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo, mas

eles representavam 65,7% dos domicílios em que os moradores conviveram com a fome. Esse resultado reforça a tese de que, embora outras variáveis socioeconômicas tenham impacto sobre a situação de segurança alimentar, a principal delas é o rendimento *per capita* mensal.

**Gráfico 9:** Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por situação de insegurança alimentar, segundo os grupos de idade – Ceará – 2023



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2023, suplemento de Segurança Alimentar.

A distribuição da população residente nos domicílios, segundo a situação de segurança alimentar, também constitui importante fonte de avaliação. O Gráfico 9 mostra uma relação inversa entre a prevalência de insegurança alimentar leve e faixa etária do morador, com os maiores percentuais nas faixas etárias de 0 a 4 anos (29,5%) e 5 a 17 anos (28,9%). Esse componente da escala que mede insegurança alimentar reflete a ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos que provavelmente deve pesar mais sobre os responsáveis por crianças e adolescentes. No entanto, considerando apenas a insegurança alimentar grave, a maior prevalência (7,3%) é na faixa etária das pessoas de 50 a 64 anos e a menor (4,4%) é entre as pessoas de 65 anos ou mais.

## 6. Considerações finais

Após uma tendência contínua de crescimento que durou de 2004 até 2013, a POF 2017-2018 mostrou uma redução acentuada no percentual de domicílios com acesso a alimentação adequada no Ceará provocada pela recessão econômica do período 2014/2017. Consequentemente, houve um crescimento nos percentuais de domicílios cearenses em situação de insegurança alimentar, principalmente dos casos moderados e graves. Com a pandemia da Covid-19, mesmo sem dados oficiais do IBGE para esse período, outras pesquisas indicaram um aumento extraordinário da

insegurança alimentar no Brasil e, em particular, no Ceará. Com o fim da pandemia, a retomada da economia e a ampliação dos programas sociais, a PNAD Contínua 2023 mostrou que o percentual de domicílios em situação de segurança alimentar no Ceará voltou a crescer novamente, superando o valor de uma década atrás, quando a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) declarou que o Brasil havia saído do mapa da fome.

Embora a situação tenha melhorado, o percentual de domicílios cearenses em que os moradores, inclusive as crianças, passaram fome pelo menos em algum momento nos últimos três meses anteriores a pesquisa, permaneceu igual ao de cinco anos atrás. Essa situação afetou mais os domicílios chefiados por mulheres, pessoas negras (pretos e pardos) e os menos escolarizados. Em relação à questão de gênero, 55,5% dos domicílios cearenses eram chefiados por mulheres, mas eles representavam 60,7% dos domicílios em insegurança alimentar grave. No que diz respeito a escolaridade do responsável pelo domicílio, 41,8% dos domicílios eram chefiados por pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, mas eles representavam 63,5% dos domicílios em que os moradores enfrentaram a fome.

Em relação a distribuição dos domicílios por classe de rendimentos, 39,8% dos domicílios cearenses tinham rendimento mensal por pessoa de até 1/2 salário mínimo, mas eles representavam 65,7% dos domicílios em que os moradores conviveram com a fome. Considerando apenas os domicílios com rendimento per capita mensal de até 1/4 de salário mínimo, representavam 16,6% do total de domicílios no estado e 1/3 dos domicílios em insegurança alimentar grave. Esse resultado demonstra que, embora outras variáveis socioeconômicas tenham impacto sobre a situação de segurança alimentar, a principal delas é o rendimento per capita mensal.

Analisando os agrupamentos de municípios realizados pelo IBGE na construção dos recortes geográficos, verificou-se que mais as regiões do Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe e Sul do Ceará apresentaram os menores percentuais de domicílios particulares em segurança alimentar (50,2% e 59%, respectivamente) e, conseqüentemente, as maiores prevalências de insegurança alimentar grave com 8% e 7,4%, respectivamente, dos domicílios com moradores, inclusive crianças, convivendo a fome.

Diante do percentual ainda elevado de domicílios cearenses em situação de insegurança alimentar grave, o governo do estado lançou, em 2023, o Programa Ceará Sem Fome, que atualmente distribui mais de 100 mil refeições diárias para pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio das Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR), e beneficia mais de 53 mil famílias com um benefício de R\$ 300 mensais para famílias, em sua grande maioria, chefiadas por mulheres com baixa escolaridade e que, mesmo com o Bolsa Família, permanecem na pobreza.

Embora as informações apresentadas neste Informe não permitam avaliar os resultados iniciais do programa sobre a segurança alimentar da população beneficiada, estima-se que ele permitiu que mais de 31 mil famílias que receberam o benefício financeiro, denominado de Cartão Ceará Sem Fome, tenham saído da pobreza no primeiro ano de execução do programa. As informações disponibilizadas devem contribuir para subsidiar as políticas e os programas estaduais em execução e orientar a aplicação dos recursos públicos para mitigar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional da população cearense, sobretudo dos grupos mais vulneráveis.

## **Referências Bibliográficas**

IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança alimentar 2023. Rio de Janeiro, 2024.

**Anexo 1: Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabas sem antes de poderem comprar mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

**Fonte:** Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

**Anexo 2: Pontuação para classificação dos domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade**

Classificação	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8

**Fonte:** Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

**Anexo 3: Municípios por recortes geográficos do território cearense na PNAD Contínua**

Município da capital	Fortaleza
Entorno metropolitano de Fortaleza	Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante
Sul do Ceará	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Cariús, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Orós, Penaforte, Porteiras, Potengi, Quixelô, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Umari e Várzea Alegre
Sertões	Acopiara, Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Catarina, Choró, Crateús, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Independência, Ipaporanga, Itaira, Madalena, Milhã, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Paramoti, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quiterianópolis, Quixadá, Quixeramobim, Saboeiro, Senador Pompeu, Solonópole, Tamboril e Tauá
Litoral Ocidental e Norte	Acaraú, Alcântaras, Amontada, Apuiarés, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Cariré, Carnaubal, Catunda, Chaval, Coreaú, Croatá, Cruz, Forquilha, Frecheirinha, General Sampaio, Graça, Granja, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Ibiapina, Ipu, Ipueiras, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Massapê, Meruoca, Miraíma, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Pacujá, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, Pires Ferreira, Poranga, Reriutaba, Santana do Acaraú, Santa Quitéria, São Benedito, São Luís do Curu, Senador Sá, Sobral, Tejuçuoca, Tianguá, Trairi, Tururu, Ubajara, Umirim, Uruburetama, Uruoca, Varjota e Viçosa do Ceará
Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe	Acarape, Alto Santo, Aracati, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Beberibe, Capistrano, Ererê, Fortim, Guaramiranga, Ibicuitinga, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Itapiúna, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palhano, Palmácia, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Redenção, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).